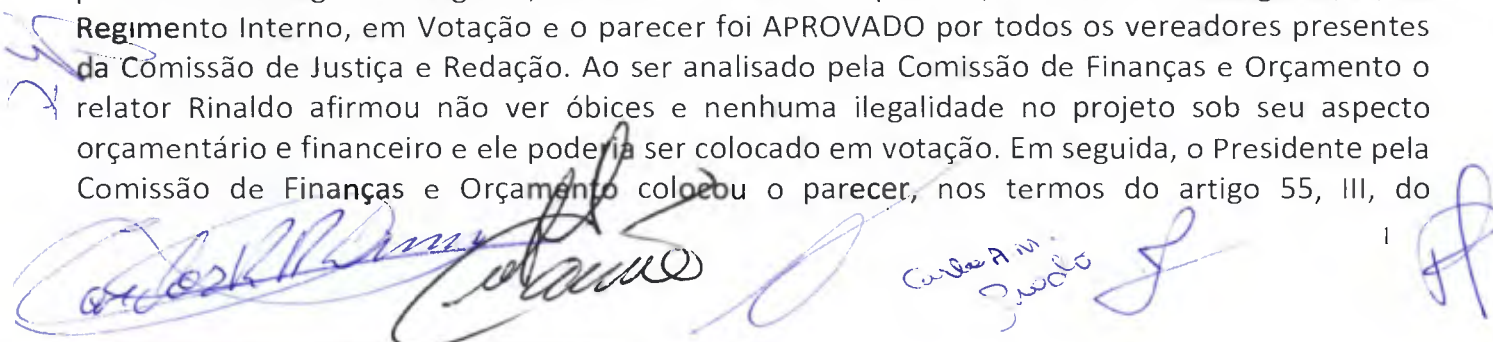
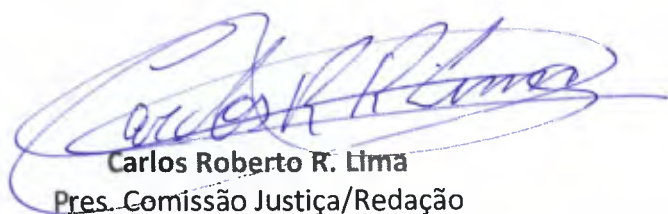


**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

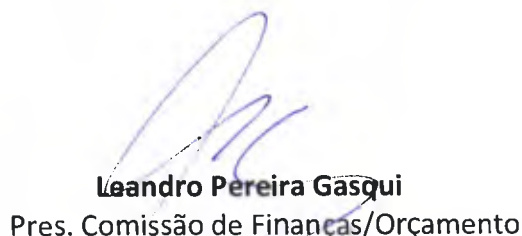
Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade de Igarapava, Estado de São Paulo, às 14:00 horas, na Câmara Municipal de Igarapava, com as presenças dos vereadores, CARLOS ROBERTO RODRIGUES LIMA, LUAN SOARES DA SILVA, LEANDRO PEREIRA GASQUI, RINALDO GROU GOBBI, JOSÉ AGUINALDO DE OLIVEIRA e CARLA ADRIANA MENDONÇA PRADO, sendo membros exclusivos das Comissão de Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento. A reunião contou também com a presença de Jailso Carlos Izidoro, Chefe da Secretaria, Dr. Marco Aurélio Damião, Advogado e da Dra. Jéssica da Silva Freitas, e se reuniram ordinariamente para apreciarem o Projeto de Lei 052/2021 do Executivo que: **"DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, BEM COMO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS, QUE SE ENCONTRAM PRESCRITOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**, e o Projeto de Lei 053/2021 do Executivo que: **"DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS, ESCRITURADOS NA CONTABILIDADE, QUE NÃO SE ENCONTRAM PRESCRITOS EM RAZÃO DE CONTESTAÇÕES ADMINISTRATIVAS OU JUDICIAIS EM FACE DOS MESMOS, COM A CONSEQUENTE INCLUSÃO NA DÍVIDA FUNDADA DO MUNICÍPIO"**, o Projeto de Lei Complementar 008/2021 do Executivo que: **"ESTABELECE NORMAS PARA A IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO FECHADO, CONDOMÍNIO HORIZONTAL DE LOTES, REGULAMETNA A APLICAÇÃO DO DIREITO DE PREEMPÇÃO NO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**, e o Projeto de Lei Complementar 009/2021 do Executivo que: **"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 056 DE 16 DE MAIO DE 2018 (PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO)"**. Abertos os trabalhos pelo Presidente Carlos Roberto Rodrigues Lima, ele nomeou lembrou que a edil Carla Adriana para a relatoria dos projetos que hoje serão analisados. Pela Comissão de Finanças e Orçamento a relatoria dos projetos já estava sob responsabilidade do edil Rinaldo. Inicialmente foi feita a apresentação dos projetos pela Dra. Jéssica e após o advogado Dr. Marco Aurélio Damião explicou que os Projetos de Lei Complementar 008/2021 e Projeto de Lei Complementar 009/2021, ambos do Executivo serão objeto de audiência pública no dia de hoje e após deverá retornar para ser analisado pelas comissões. Ato contínuo ele fez várias explicações e exemplificou o funcionamento dos Projetos de Leis 052 e 053/2021 do Executivo e sanou as dúvidas que os edis tinham sobre eles. Após e dando continuidade a relatora pela Comissão de Justiça e Redação, nos termos do art. 55, I, deu o seguinte parecer sobre o **Projeto de Lei 052/2021 do Executivo**. O Projeto trata de autorizar o Executivo Municipal a realizar o cancelamento dos restos a pagar não processados de exercícios anteriores, como também, restos a pagar processados e que se encontram prescritos. Após, nos termos do artigo 55, II do Regimento Interno, a relatora concluiu que o **Projeto de Lei 052/2021**, atende a Legislação Constitucional, é legal e sua redação está perfeita. Não há óbices à sua aprovação. Assim, votou pela aprovação da matéria em exame considerando-a completa do ponto de vista legal. Em seguida, o Presidente colocou o parecer, nos termos do artigo 55, III, do Regimento Interno, em Votação e o parecer foi APROVADO por todos os vereadores presentes da Comissão de Justiça e Redação. Ao ser analisado pela Comissão de Finanças e Orçamento o relator Rinaldo afirmou não ver óbices e nenhuma ilegalidade no projeto sob seu aspecto orçamentário e financeiro e ele poderia ser colocado em votação. Em seguida, o Presidente pela Comissão de Finanças e Orçamento colocou o parecer, nos termos do artigo 55, III, do



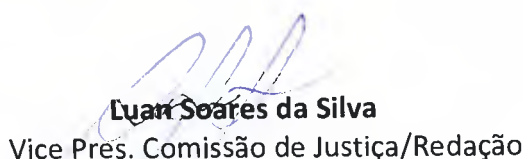
Regimento Interno, em Votação e o parecer foi APROVADO pelos vereadores da Comissão de Finanças e Orçamento. Ato contínuo, e dando continuidade a relatora pela Comissão de Justiça e Redação, nos termos do art. 55, I, deu o seguinte parecer sobre o **Projeto de Lei 053/2021 do Executivo**. O Projeto trata da autorização ao Executivo para proceder o cancelamento de restos a pagar processados, escriturados e que ainda não se encontram prescritos em razão de contestações administrativas ou judiciais. Após, nos termos do artigo 55, II do Regimento Interno, a relatora concluiu que o **Projeto de Lei 053/2021**, atende a Legislação Constitucional, é legal e sua redação está perfeita. Não há óbices à sua aprovação. Assim, votou pela aprovação da matéria em exame considerando-a completa do ponto de vista legal. Em seguida, o Presidente colocou o parecer, nos termos do artigo 55, III, do Regimento Interno, em Votação e o parecer foi APROVADO por todos os vereadores presentes da Comissão de Justiça e Redação. Ao ser analisado pela Comissão de Finanças e Orçamento o relator Rinaldo afirmou não ver óbices e nenhuma ilegalidade no projeto sob seu aspecto orçamentário e financeiro e ele poderia ser colocado em votação. Em seguida, o Presidente pela Comissão de Finanças e Orçamento colocou o parecer, nos termos do artigo 55, III, do Regimento Interno, em Votação e o parecer foi APROVADO pelos vereadores da Comissão de Finanças e Orçamento. Após nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente Carlos Roberto depois de verificar a presença dos edis que compuseram esta reunião, deu a mesma por encerrada, determinando que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e APROVADA vai devidamente assinada por todos os presentes.



**Carlos Roberto R. Lima**  
Pres. Comissão Justiça/Redação



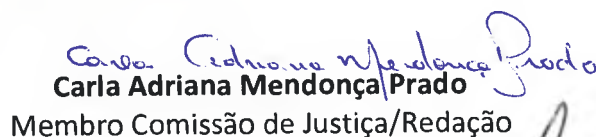
**Leandro Pereira Gasqui**  
Pres. Comissão de Finanças/Orçamento




**Luan Soares da Silva**  
Vice Pres. Comissão de Justiça/Redação



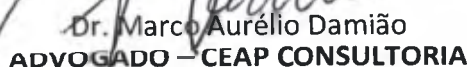
**José Agnaldo de Oliveira**  
Vice Pres. Comissão de Finanças/Orçamento



**Carla Adriana Mendonça Prado**  
Membro Comissão de Justiça/Redação



**Rinaldo Grou Gobbi**  
Membro da Comissão de Finanças/Orçamento



**Dr. Marco Aurélio Damião**  
ADVOGADO – CEAP CONSULTORIA